

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DOU (20), 51 19-82
Data	29/01/2002 Pg 78-82
Class.	MMD00079

ESCLARECIMENTO

Originalmente, os estudos e levantamentos de dados em campo para a identificação e delimitação dessa terra indígena foram atribuídos ao Grupo Técnico constituído pela Portaria FUNAI nº 078/PRES, de 28 de janeiro de 1997. No atendimento às reivindicações do grupo indígena Múra, a atribuição foi repassada ao Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 1039/PRES, de 04 de novembro de 1999.

I. DADOS GERAIS

O Governo do Estado do Amazonas, através da Lei nº 941, de 16 de outubro de 1917, outorgou a si a legitimidade para legislar sobre concessão de terras indígenas. O ato legal levou o antigo Serviço de Proteção aos Índios-SPI a demarcar pequenos lotes destinados aos Múra nos Municípios de Borba, Careiro, Itacoatiara e Manicoré. Parte significativa das terras indígenas múra que permanecem ocupadas ainda conservam os marcos de madeira do SPI, monumentos atestando direitos muito antigos à terra. Os trabalhos demarcatórios do início do século não tiveram, no entanto, continuidade, mas foram decisivos na história do grupo étnico: possibilitaram que os Múra permanecessem em seu território de ocupação tradicional e histórica ainda que ocupando lotes de terras de dimensões muito inferiores às suas necessidades básicas de sobrevivência física e cultural.

Na década de 1980 a FUNAI inicia, através da Divisão Fundiária da Delegacia Regional de Manaus, o processo de identificação e delimitação das terras múra. Pertence a esta fase alguns relatórios sobre a situação fundiária de algumas terras indígenas e levantamentos populacionais parciais. Os trabalhos de identificação que resultaram no relatório antropológico utilizam-se desta base documental e dos dados das pesquisas de campo realizadas em dois momentos distintos (1997 e 1999).

1. HISTÓRICO

1.1. Presença Múra na Amazônia e a construção do inimigo

A presença dos Múra nos lagos, igapós, igarapés e furos do sistema hidrográfico do rio Madeira é documentada desde o início do século XVII. Tal registro se deu no contexto das tentativas do estabelecimento de núcleos coloniais e das missões católicas no eixo de comunicação fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso. As primeiras notícias coloniais sobre os Múra descrevem uma população de argonautas, que vivia praticamente embarcada, acampando nas praias dos rios e lagos, com total domínio dos intrincados caminhos da navegação fluvial e das artes de subsistência nos rios. Eram detentores de uma língua isolada e mantinham hábitos culturais estranhos ao colonizador familiarizado com o perfil cultural das populações tupi-guarani. Nesta primeira fase de contato, os Múra mantiveram-se distantes da observação dos viajantes e funcionários coloniais. Nas raras vezes que foram descritos, as características sócio-culturais do grupo se faziam das ausências: figuravam como um povo que não plantava; não possuía aldeias - habitava simplórios tapiris fabricados no momento da necessidade; não tecia - dormia em jirais; vivia praticamente nas embarcações.

Quanto à história do contato, os Múra acumulam três séculos de convivência com segmentos da sociedade nacional. As primeiras tentativas de redução dos Múra - totalmente frustradas - datam de 1714, época da instalação dos aldeamentos jesuítas na região do rio Madeira. Os Múra negavam-se à conversão e passaram a representar ameaça aos estabelecimentos de outras etnias, unidades que eram alvos de seus ataques, assim como as embarcações comerciais utilizadas na navegação do rio Madeira. A história da Vila de Trocano, nome colonial de Borba, a primeira vila da Amazônia, ilustra este período: "acossados pelos Múra, os jesuítas transferiram Trocano cinco vezes de lugar" (Ferrari, Sebastião. Borba, Primeira Vila do Amazonas. Editora M³, 1981). A presença Múra às margens do rio Madeira representava uma ameaça aos colonos nas épocas de coleta de produtos silvestres, dentre eles, o cacau.

Neste contexto sócio-econômico se inserem as ações que as ordens religiosas, atuantes na região do Madeira, moveram contra os Múra, processo que está registrado nos Autos da Devassa contra Índios Múra do rio Madeira (1738-1739): Fac-Símiles e Transcrições Paleográficas. Manaus: CEDEAM Universidade do Amazonas. 1986. Os Múra surgiam em meados do século XVIII como inimigos da coroa portuguesa, em uma documentação que tematizava principalmente a selvageria e a guerra dos Múra contra a colonização. Investigados criticamente, tais registros apresentam inconsistências flagrantes.

O longo processo "civilizatório" dos Múra empreendido pela sociedade nacional inicia-se em 1784, data em que a administração pombalina celebra a criação dos aldeamentos leigos dos Múra "pacificados". Estes aldeamentos eram de fato frequentados pelos Múra apenas na época da colheita das roças. O resto do tempo a população indígena mantinha seus hábitos tradicionais de caçadores-coletores. Se discutíveis do ponto de vista da eficácia da sedentarização da população que diziam abrigar, estes aldeamentos marcaram, no entanto, uma nova fase de convivência da etnia com a sociedade colonial. Estavam agora "pacificados", e uma mensagem de trégua ecoava pelos rios e igarapés da Amazônia: o Múra abandonou a vida selvagem. Ocorreu a partir desta época o gradativo abandono da via principal do rio Madeira e a concomitante ocupação da região dos rios e lagos daquele sistema hidrográfico. Com isso, ficava garantida a proteção e farta subsistência para inúmeros grupos que pontilhavam as margens dos rios, lagos e igarapés.

1.2. Território: o "Múra Agigantado"

Os Múra ocupavam de forma extensiva e pouco densa um território de vastas dimensões. Detinham conhecimento sobre caminhos indezessáveis ao colonizador português e, assim como registravam presença na vila colonial de Borba, estavam no Japurá, no Purus, no Solimões, no Rio Negro. A imagem setecentista do "Múra Agigantado" nasceu neste contexto, no qual o colonizador, perplexo diante de tamanha mobilidade, passa a temer a floresta tropical por identificá-la como morada do genio Múra.

O território imenso dos Múra é um tema recorrente na história colonial da Amazônia. A ele irá se associar o temor de um levante dos Múra contra a colonização. Para a maioria dos autores

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 28 de janeiro de 2002

Assunto: Processo FUNAI/5ª SUER/3082/88. Referência: Terra Indígena CUNHÁ-SAPUCAIA. Interessado: Grupo Indígena: Múra. Ementa: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 6 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/5ª SUER/3082/88, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria das antropólogas ELIANE DA SILVA SOUZA PEQUENO e MARTA ROSA AMOROSO que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena CUNHÁ-SAPUCAIA de ocupação do respectivo grupo tribal Múra, com superfície e perímetro aprovados de 463.000 hectares e 473 km respectivamente, localizada nos municípios de Borba e Autazes, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada nas sedes das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

GLENIO DA COSTA ALVAREZ

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CUNHÁ-SAPUCAIA

Referência: Processo FUNAI/5ª SUER/3082/88. Denominação: Terra Indígena Cunha-Sapucaia. Localização: Municípios de Borba e Autazes, Estado do Amazonas. Superfície: 463.000 ha. Perímetro: 473 km. Sociedade Indígena: Múra. Família Linguística: Múra, População: 564 pessoas (1999). Identificação, e delimitação: Grupos Técnicos constituídos pelas Portarias nº 078/PRES, de 28 de janeiro de 1997 e nº 1039/PRES, de 04 de novembro de 1999, ambos coordenados pela antropóloga Marta Rosa Amoroso.

isso explica ações militarizadas movidas contra o grupo. Diz Nimuendaju: "A expansão guerreira de 1774 contra os neo-brasileiros chega ao clímax e exige-se o extermínio dos Múra para evitar a completa ruína da Amazônia" (Nimuendaju, Curt. 1948. The Mura and Pirahã Steward, Julien Haynes Ed. Handbook Of South American Indians. Washington Pp).

Nos textos de Henrique João Wilckens (Wilckens, Henrique João. 1993 [1785] Muburaida ou o Triunfo da Fé. Manaus. Biblioteca Nacional UFA Governo do Estado do Amazonas) e em outras fontes militares da época pombalina encontramos os fundamentos da representação colonial sobre a "ameaça Múra" e do temor da guerra desses índios contra as vilas da Amazônia. Tais representações buscavam dar conta das ações de saque empreendidas pelos Múra que se mantinham próximos dos equipamentos coloniais, visando as roças dos colonos e índios aldeados. Dão conta igualmente da grande mobilidade dos Múra, registrada durante todo o período colonial. Características da organização social e da territorialidade do grupo colaboraram assim na construção do "inimigo Múra". A primeira delas é a extrema mobilidade dos Múra na ocupação da bacia hidrográfica do rio Madeira. A segunda é que os Múra agregavam outros grupos, entre eles negros, ciganos e índios destribalizados ou ex-catecúmenos egressos das missões católicas.

1.3. Cabanagem e o Relato dos Viajantes

No século XIX, a guerra torna-se uma realidade: os Múra participaram do levante contra as forças legalistas durante a Cabanagem (1834-1838). A história da repressão militar aos rebeldes cabanos escreve uma das mais dramáticas páginas da história da Amazônia. Calcula-se que "morreram por volta de 30.000 pessoas, sendo que os Múra estariam entre as etnias que sofreu o maior impacto da reação legalista" (Moreira Neto, Carlos de Araújo. 1988. Índios da Amazônia: da Maioria a Minoria. 1750-1850. Petrópolis: Vozes). Vencidos em mais uma guerra, e novamente "pacificados", os Múra serão descritos pelos viajantes do século XIX na condição de nativo corrompido pelo contato, aculturado, domesticado e viciado, que se empregava na pesca e na caça de animais aquáticos em troca de cachaça.

Algumas observações sobre a morfologia social Múra podem ser apreendidas no conjunto das obras dos viajantes do século passado: os Múra eram uma das maiores populações indígenas da Amazônia; permaneciam habitando o sistema hidrográfico do rio Madeira, de forma a ter acesso aos lagos, igarapés piscosos e aos furos navegáveis do território compreendido pelo sistema fluvial do Madeira, mantendo grande mobilidade na ocupação desse território. Não plantavam, pois viviam da pesca, caça e coleta, esta última uma atividade algumas vezes estendida sobre as roças dos outros índios e não-índios.

1.4. Os Múra e o Serviço de Proteção aos Índios

O tema do direito a terra, evocada pelos trabalhos de demarcação, suscita na memória dos mais antigos os lembranças das relações mantidas com o SPI, nas primeiras décadas do século XX. Início dos trabalhos de delimitação da terra múra. As terras múra de Cunha-Sapucaia, Jutaf do Igarapé-Açu, Tupana Autaz-Mirim e Pacovão foram identificadas pelo SPI e na maioria das vezes foram estabelecidos nelas postos da inspetoria.

Os Múra dos lagos, igarapés e igarapés do rio Madeira falavam a língua Múra até o início deste século. Bilingües desde a época da conquista, os Múra utilizavam-se da língua geral ou Nheengatu que gradativamente foi substituindo a língua materna, para a seguir substituir esta pelo português. O trabalho de resgate da língua múra, que vem sendo realizado pelo CIM, dará condições para que aprofundemos os estudos lingüísticos sobre esta língua isolada.

II. HABITAÇÃO PERMANENTE

As aldeias múra caracterizam-se por um conjunto de habitações que não ultrapassa trinta unidades, dispostas nas terras altas ao longo dos lagos ou dos igarapés principais. A vida útil de uma aldeia é relativamente pequena: ao longo de uma vida um indivíduo chega a construir mais de dez casas em um mesmo território. Novos núcleos de povoação do território substituem as aldeias antigas, que são abandonadas até nova ocupação. Tal mobilidade não deve, no entanto, ser confundida com errância e nomadismo, com o uso desregrado de uma territorialidade genérica e indeterminada. Há uma forte relação da população com aquela "terra de índio", berço dos ancestrais e da descendência, sendo a relação com a terra fator constitutivo da identidade étnica múra.

No interior do grupo étnico a condição de ser índio diz respeito a formas comunitárias de aproveitamento dos recursos ambientais: os Múra vivem, pelo menos teoricamente, um estatuto jurídico de divisão igualitária dos recursos, o que fica expresso na afirmação: "Índio não escasseia para índio, é tudo parente", querendo sinalizar uma distinção com o modo de vida do "civilizado", que explora comercialmente a matéria-prima, os frutos e os recursos em geral e não presta contas à comunidade.

Os Múra implantam suas aldeias de forma a manter acesso aos furos navegáveis, aos lagos e igarapés piscosos. Registros históricos indicavam que na década de 1920 este tipo de habitação dos Múra no Município de Borba, estava associado por vezes ao solo conhecido como "terra preta de índio".

Identificam-se como locais de habitação permanente dos índios Múra da Terra Indígena Cunha-Sapucaia sete aldeias: Jutaf do Igarapé Açu, Pacovão, Forno, Piranha, Sapucaia, Tapagem, Boa Sorte, todas devidamente localizadas no Mapa de Delimitação a seguir a este Resumo. Além delas, inúmeros locais de trabalho são utilizados como moradia sazonal em época de coleta e são freqüentados ao longo do ano em expedições de caça e pesca. Também foram localizados diversos cemitérios antigos ao longo da extensão da área proposta, alguns em uso e outros abandonados.

A distância física que separa as aldeias soma-se a distância social entre as suas respectivas comunidades. O grau de proximidade entre as aldeias é determinado pelas afinidades baseadas no parentesco e na vida política. Pode-se distinguir quatro unidades políticas principais, lideradas pelas aldeias Jutaf, Piranha, Sapucaia e Tapagem, núcleos políticos que exercem liderança regional sobre as demais aldeias da área. Os arranjos políticos envolvem acordos de apro-

veitamento dos recursos naturais disponíveis em áreas de influência das lideranças.

A área que concentra o maior número de habitantes índios e não-índios da Terra Indígena Cunha-Sapucaia é a aldeia Jutaf, que mantém em seu círculo de atuação a região compreendida pela boca do rio Preto do Igarapé Açu até a boca do rio Tupana, englobando as localidades denominadas Igarapé Grande, Ponta Grossa, Boa União e Boa Sorte. Esta área, localizada na entrada da Terra Indígena, é disputada pelos moradores índios e não-índios. Do ponto de vista ambiental, esta é a área onde se registra o maior impacto proveniente das explorações dos barcos pesqueiros.

Os Múra de Cunha-Sapucaia participam de uma extensa rede de relações sociais que extrapola os limites da terra indígena, estendida aos parentes indígenas que moram em Borba, em Autazes, assim como nas outras aldeias situadas na região, a exemplo de Arari, Jacaré, Capivara e Limão.

O Conselho Indígena Mura/CIM, criado no mês de agosto de 1990 em Autazes, é a primeira e a principal organização não-governamental que objetiva apoiar as reivindicações do grupo étnico traduzido na demarcação das terras de ocupação tradicional e permanente dos Múra. Esta entidade participou dos trabalhos em campo para a identificação e delimitação da Terra Indígena Cunha-Sapucaia, atuando no projeto de desenvolvimento financiado pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos/MMA e PP G7, com apoio da União Européia, República Federal da Alemanha e Banco Mundial, em convênio com o Banco do Brasil. O projeto consiste na extração e na comercialização de frutas tropicais, tais como babaçu, cupuaçu, graviola, banana, maracujá, entre outras, e envolvem oito comunidades indígenas, a saber, Guapene, Miguel e Josefa, Trincheira, Murutinga, São Félix, Paracuhuba, Natal e Cuia.

III. ATIVIDADES PRODUTIVAS

As atividades produtivas dos Múra estão voltadas para a subsistência, extração e comercialização da madeira. Produzem farinha de mandioca, caçam e pescam, além de manterem atividades comerciais com a palha e de madeira vendidas para os regatões ou na cidade de Borba. Tais atividades ocupam de forma variada a população indígena, hierarquizando as relações comunitárias e diversificando o perfil econômico de cada aldeia, num gradiente que vai das aldeias mais voltadas para as atividades de extração e comercialização, como a aldeia do Piranha, àquelas mais voltadas para as atividades agrícolas e de comercialização das frutas regionais, como Jutaf. De um modo geral, as aldeias forneceram até recentemente tripulantes para as embarcações ou pescadores que atuavam nos rios Preto do Igarapé Açu, Tupana e Autaz Mirim.

Detentores de uma longa história de contato com a sociedade nacional, os Múra do Igarapé-Açu protagonizam o papel do trabalhador semi-escravo, que vende sua força de trabalho e a terra em troca da assistência à saúde e mercadorias manufaturadas, em uma série de ciclos econômicos que atingiram o Município de Borba, o mais antigo da Amazônia. Relembram com clareza a época da castanha-do-pará, quando os Múra trabalhavam para o comerciante marroquino Ambrosio Hazan, que se instalou no início do século XX na região do rio Autaz Mirim, detendo no final do processo a titulação definitiva das terras nas duas margens do rio e a gradativa expulsão dos Múra da região.

III. 1. Divisão do trabalho

De modo geral, os homens trabalham na extração da madeira, caçam, pescam e abrem o terreno para as roças novas ou para a ampliação das plantações. As mulheres cuidam das roças e toda a comunidade participa das colheitas. Para comercialização do excedente, seguem a divisão por unidades familiares.

III. 2. Atividades de subsistência

O grupo indígena combina as atividades de natureza diferenciada para garantir sua subsistência. A base da dieta alimentar é o pescado, encontrado com facilidade nos igarapés e rios da região, que é consumido assado ou cozido com a farinha de mandioca. Consomem ainda arroz, café, açúcar, sal, macarrão e bolachas, itens adquiridos na cidade ou dos regatões, onde adquirem também medicamento, roupas, combustível e ferramentas.

A pesca, a caça e a colheita são praticadas em moldes tradicionais, utilizando tecnologia regional. A coleta de castanha destaca-se como uma das principais atividades produtivas em todas as comunidades.

III. 3. Agricultura

As aldeias e localidades habitadas da Terra Indígena Cunha-Sapucaia possuem roças de mandioca brava, consumidas no inverno e no verão. Replantam a mesma roça duas vezes, mudando em seguida a maniva para outro lugar. Além da mandioca, as roças produzem outras raízes e tubérculos que equilibram e completam com nutrientes necessários a dieta alimentar da população, tais como: macaxeira, maxixe, milho, pepino, ária, diversos tipos de batatas, cará, caracá, caradóá, cebola, cenoura, cheiro verde, louro, tomate, e as pimentas, cheirosa, chubim de mesa, malagueta e murupi.

III. 4. Pesca e caça

O peixe e a caça são abundantes na área, exigindo no entanto conhecimento da região e deslocamentos periódicos em busca de igarapés mais fartos. A pesca é feita com flecha, zagaia e anzol. Apreciam o jaracú, a traíra, o tucunaré e o matrinxã. Caçam utilizando cachorros, e alguns moradores possuem espingardas. Apreciam a carne de anta, veado, porco caititu, queixada, macaco prego, guariba, jaboti, cotia e as aves mutum e aracua.

III. 5. Extrativismo

A atividade extrativa constitui uma prática tradicional dos Múra do Igarapé-Açu, que antecede e supera a atividade agrícola. O extrativismo dos Múra envolve uma série de agentes que participam da vida do grupo e são elementos importantes para compreender a dinâmica destas sociedades discretas.

III. 6. Locais de trabalho

A população indígena explora os seguintes locais de trabalho, que correspondem a localidades situadas próximas aos igarapés e rios que deságuam no rio Preto do Igarapé-Açu: Jibóia, Tacuá, Cucteiro, Marepawa, Cumai, Jatáuba, Campina, Pêra, Tapagem, Santa Joana, Barreira, Castanha Piranga e Amapá. No Flechal, os índios

da aldeia Jutai exploram árvores frutíferas, a exemplo de cupual, cacao e cafezal. Estas localidades já acolheram moradores no passado, algumas como o Tapagem são hoje aldeias de ocupação permanente, todas constituindo locais de trabalho da população. É o caso do lugar denominado Pêra, local de extração anual de castanha-do-pará, possuindo grandes roças de mandioca, colhidas anualmente pelos índios.

III. 7. Vias de comunicação.

A Terra Indígena Cunhã-Sapucaia é acessível exclusivamente pela via fluvial, através dos rios Madeira e Madcirinha, com o agravante de, na época da estiagem, as aldeias do rio Preto do Igapó-Açu terem sua comunicação com as demais áreas indígenas e as cidades de Borba e de Manaus dificultada pelas cachoeiras dos rios que dão acesso à área. Os índios possuem barcos e canoas movidas a motor que garantem facilidade de comunicação com as aldeias mais distantes e Borba. A comunicação entre as aldeias mais próximas é realizada de canoa movida a remo.

III. 8. Estradas de rodagem

A Terra Indígena Cunhã-Sapucaia fica próxima à Rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Construída na década de 1970, a rodovia corta os rios Tupana e Preto do Igapó Açu em um ponto que, apesar de localizado fora dos limites identificados, pode representar uma ameaça à integridade ambiental da região, caso nele estabeleçam, como é indicado no Projeto RADAN\BRASIL, conexões da rodovia com a via fluvial, proporcionadas pela navegabilidade dos rios citados.

IV. MEIO AMBIENTE

A Terra Indígena Cunhã-Sapucaia localiza-se às margens do rio Preto do Igapó-Açu, afluente da margem esquerda do rio Madeira. O sistema hidrográfico do rio Madeira garante a subsistência e a comunicação dos índios, é via de transporte e a principal fonte da dieta alimentar básica da população indígena.

A vida social das comunidades da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia gira em torno do Lago Grande, cuja proteção ambiental se faz imprescindível para a manutenção da população que dele depende. Este lago é o provedor da subsistência do grupo social. Os Múra referem-se a ele tanto como local de trabalho, de pesca e de caça, quanto de recreação, nas suas praias onde se acampa no verão. Da mesma forma, o Lago do Vestido, no rio Tupana, é utilizado como fonte de subsistência pelos moradores da aldeia de Jutai do Igapó-Açu. Ambos têm papel central nos projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Os ecossistemas que integram a Terra Indígena Cunhã-Sapucaia proporcionam aos Múra condições para produzir sua subsistência física e cultural. Interagindo junto à floresta tropical e ao sistema de rios, lagos, igarapés e canais, os índios extraem os elementos básicos para a sua subsistência.

A presença dos índios nesta área constituída pela vegetação de Floresta Ombrófila Densa garantiu, por sua vez, uma integridade ambiental incomparavelmente maior do que de outras áreas do Município de Borba, abertas à exploração comercial predatória. O clima da área focalizada é o Tropical Chuvoso. O período das chuvas inicia em outubro, atingindo maiores índices em janeiro, fevereiro e março. A temperatura média anual é de 24° a 26° C, mantendo uma umidade relativa bastante elevada, de 85% a 90%. A região faz parte de uma Área de Tensão Ecológica característica de uma combinação estrutural de Floresta Tropical Densa com Formações Pioneiras, ambas propiciadas pela combinação dos fatores: farta luminosidade, calor e água. As espécies arbóreas dominantes são: o matamatá-branco, o abiu-vermelho, o abiu-branco, a seringueira, a castanheira, o amapá-doce, as palmáceas, a copaiba-jacaré, o matá-matá preto, o angelim. Das palmáceas são notadas o açazeiro, a bacaba e o murumuru.

A pesca predatória realizada pelos barcos pesqueiros de Manaus e de Itacoatiara interfere diretamente na vida do grupo indígena, indispondo famílias e ameaçando de forma violenta o equilíbrio ambiental da região. Tais processos interferem diretamente na vida das comunidades indígenas do Igapó-Açu, sendo que a degradação ambiental decorrente afeta a fonte de alimentos e de remédios desta população.

Observada do ponto de vista da biodiversidade, a Terra Indígena Cunhã-Sapucaia apresenta riquíssima fauna e flora, fruto de muitos séculos de interação com os seus habitantes tradicionais.

V. REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

O levantamento populacional da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia registrou cerca de 564 habitantes (1999), a maioria dos moradores nascidos nas terras situadas entre o Lago Grande e o Paraná do Madeirinha. Há relações comunitárias com as populações Múra de outras terras indígenas, a exemplo das terras Limão, Arari, Capivara, Jacaré, assim como de áreas urbanas ocupadas predominantemente pelos Múra, a exemplo da Rua das Canas, em Borba.

Apesar de registrada e documentada junto aos órgãos tutelares desde o início do século XX, conta-se com poucos dados relativos à população desta terra indígena, o que impossibilitou a formulação de cálculos de taxas de natalidade, migração e mortalidade. Ainda assim, no universo das famílias registradas nos levantamentos populacionais realizados em 1997 e 1999, nota-se evidente crescimento populacional.

Os dados populacionais recolhidos nas aldeias de Cunhã-Sapucaia apontam para uma situação atual de vitalidade e permanência do grupo social na terra indígena, assim como expressa projetos de expansão das atividades produtivas e reprodutivas do grupo em direção às áreas Múra que foram arrendadas no passado, a exemplo da região compreendida pelo rio Tupana, indispensável para a subsistência da população da aldeia Jutai, cujos recursos naturais são relativamente escassos para o atendimento da sua demanda atual.

A aldeia Cunhã foi o centro da vida política dos Múra do rio Preto do Igapó-Açu, no início do século XX, quando ali morava a liderança principal, responsável pela vasta área entre a cabeceira do Lago Grande e o Paraná do Madeirinha. Naquela época não havia lideranças por aldeias. O líder mantinha relações sistemáticas com representantes do SPI em Manaus. Contam os mais antigos que havia mais de quatorze habitações em torno do Posto Indígena de Cunhã, algumas delas construídas em dois andares. Era o tempo da castanha,

no qual os índios forneciam ao mercado regional batelões de até três toneladas do produto.

As disputas pela terra na região do rio Preto do Igapó-Açu estão gravadas na memória coletiva dos moradores das aldeias e a hostilidade contra os Múra ganhou caráter oficial, a partir do momento em que as instâncias políticas regionais assumiram a defesa dos pretensos proprietários dos castanhais, inviabilizando o sustento do grupo indígena. Em geral, a morfologia do grupo indígena apresenta famílias matriarcas fundadoras que agregam entorno de si as filhas casadas e também os filhos.

No aspecto religioso, os Múra consideram-se católicos e suas festas são em homenagem aos santos e santas católicos e os donos das festas são os encarregados pela organização das festividades. Por ocasião das visitas anuais do sacerdote de Borba, são realizados batizados e casamentos.

Há que se considerar que o catolicismo praticado nas aldeias sofreu uma série de interpretações locais, apresentando-se repleto de sincretismos. Os Múra utilizam-se do poder de benzeduras, referem-se com freqüência à visagens, ao mesmo tempo em que citam passagens bíblicas que os ajudam a interpretar fatos do seu cotidiano. Nenhuma das aldeias possui sua própria capela ou igreja.

Os índios observam a regra de enterrar seus mortos no cemitério onde estão enterrados outros parentes, o que faz com que visitem com freqüência locais de antigas aldeias. Os cemitérios estão situados nos seguintes locais: Igarapé do Piranha, Igarapé da Usina, Igarapé Santajoana, Igarapé da Flores, Igarapé do Peira, Igarapé do Campina, Laguiinho, Igarapé Jatauba e Igarapé do Forno.

Existem sete escolas de ensino fundamental funcionando na Terra Indígena Cunhã-Sapucaia, duas localizadas na aldeia Jutai do Igapó-Açu, uma na comunidade Boa Sorte, uma na Boca do Tupana, uma na aldeia Pacovão, uma na aldeia Piranha e uma na aldeia Forno. O projeto de escola diferenciada foi uma iniciativa do CIM, que vem prestando assistência pedagógica aos professores indígenas através de programas de capacitação apoiados pela Coordenadoria do Ensino Indígena do Ministério de Educação, administradas pela Secretaria de Educação do Município de Borba.

A medicina nativa é amplamente utilizada pelo grupo indígena sendo que possuem grande habilidade em identificar as ervas disponíveis na floresta tropical e a forma de manipulação adequada para cada caso.

VI. LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

O levantamento cartorial realizado junto aos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Autazes e de Borba levantou a provável incidência de sessenta e oito imóveis rurais na terra indígena. O Grupo Técnico reuniu a documentação pertinente aos registros de compra e venda dos imóveis, títulos definitivos e certidões emitidas pelo tabelião do Cartório de Borba, uma vez que, no Cartório de Autazes não existem quaisquer documentos de propriedades incidentes na área identificada. Ressalta-se, no entanto, que o Grupo Técnico constatou a presença de dezesseis ocupantes não-índios com benfeitorias edificadas na área, dos quais apenas um é proprietário titulado. Este fato significa que todos os demais registros levantados, em nº de 67, correspondem a imóveis com provável incidência na terra indígena, mas que nenhum deles possui benfeitorias edificadas passíveis de indenização.

Quadro dos Registros de imóveis, resultado do levantamento cartorial no Município de Borba (AM), cujas áreas não contam com benfeitorias edificadas

Nome do Titular	Denominação	nº do Registro	Titular	Denominação	nº do Registro
Adel M. Assi	Piracicaba	27, lv. 2, fl. 77	Fortunato Hazan	Alfredo Sá	534, lv.3-A, fl. 82
Adel M. Assi	Caravelas	81, lv. 2, fl. 81	José C. Almeida	Santa Cruz	126, lv.3, fl. 113
Adel M. Assi	Capoeira	66, lv. 2, fl. 66	Conceição Hazan	Ioko Hamma	535, lv.3-A, fl. 82
Adel M. Assi	Papery	67, lv. 2, fl. 67	Sanme Hazan	Ramayana	536, lv.3-A, fl. 82
Adel M. Assi	Lavras Diamantina	68, lv. 2, fl. 68	Felipe Daou	Santa Maria	563, lv.3-A, fl. 90
Adel M. Assi	Amargosa	69, lv. 2, fl. 69	Felipe Daou	Cachoeirinha	564, lv.3-A, fl. 90
Adel M. Assi	Palmeiral	70, lv. 2, fl. 70	Felipe Daou	Boa Vista	565, lv.3-A, fl. 91
Adel M. Assi	Gamboia	71, lv. 2, fl. 71	Conceição Hazan	Catuaba	415, lv.3-A, fl. 61
Adel M. Assi	Barreiros	72, lv. 2, fl. 72	Fortunato Hazan	Cedro	602, lv. 3-B, fl. 1
Adel M. Assi	Palmares	73, lv. 2, fl. 73	Ianme Hazan	Santa Cruz II	527, lv.2-B, fl. 80
Adel M. Assi	Piquitá	74, lv. 2, fl. 74	Ianme Hazan	Santa Cruz	526, lv.3-B, fl. 80
Adel M. Assi	Chaves	82, lv. 2, fl. 82	Ianme Hazan	Jurará	528, lv.3-A, fl. 80
Ilmerindo M. Soares	Terra Nova	232, lv. 2-B, fl.33	Ianme Hazan	Jurará II	529, lv.3-A, fl. 80
Conceição Hasan	Boa União	368,lv. 2-B,fl.171	Cirene M. Faia	Jurara	58, lv. 2-A, fl. 51
José R. Lima	Prica	265, lv. 2-B, fl.66	Dulce F. P. Leite	Jurara/Nc-ry	155,lv.2-A, fl196
Adel M. Assi	Jacuriari	64, lv. 2, fl. 65	Adlânir C. Figueiredo	Jurará	419, lv.2-B, fl. 58
Mª Emília Araújo	Piracicaba	206, lv. 3, fl. 130	Luiz A. Azevedo	Jurará	453, lv.2-B, fl. 98
Haydeca Souza	São Domingos	342, lv.3-B, fl.25	Ana M. O. Varale	Naná-ara	407, lv.2-B, fl. 44
José M. Castro	Ipú	360, lv.3-A, fl.32	Carlos Ac. Chagas	Ytória Régia	409, lv.2-B, fl. 40

José M. Castro	Lavras	356, lv.3-A, fl.31	Itamar G. Reis	Gibóia	233, lv.2-B, fl.34
Orindina Lima	Santa Vitória	537, lv.3-A, fl.82	Alberto J. Silva	Jutaí Grande	267, lv.2-B, fl.68
Antonio Coelho	Peixinho	539, lv.3-A, fl.83	Francisco P. Silva	São Pedro	526, lv. 2-C, fl.31
Antonio Coelho	Capoeira	540, lv.3-A, fl.83	Philadelfo Maia	Maceio	744, lv.3-A, fl.34
Hamel Brasileiro	Jacuraru	581, lv.3-A, fl.96	Carlos A. T. Maia	Maceio	706, lv.3-B, fl.24
Hamel Brasileiro	Flexal	582, lv.3-A, fl.97	Fortunato F. Salgado	Campinas	785, lv.3-B, fl.43
Hamel L. Saraiva	Sobra	559, lv.3-A, fl.32	Manoel L. Saraiva	Petrópolis	865, lv.3-B, fl.58
Eduardo Moreira	Retiro	545, lv.4-A, fl.40	Janine Zoha	Canãa	610, lv. 3-B, fl.2
não consta	Vista Alegre	909, lv.4-A, fl.89	Antônio R. Coimbra	Mangabeira	274, lv.3-A, fl.8
Oswaldo Braga	Santa Onana	59, lv.2-A, fl.52	Ambrósio Hazan	Nova Alegria	307, lv.3-A, fl.17
Theodoro T. Assunção	São José I - B	16, lv. 2-A, fl.9	José M. Castro	Itabaiana	357, lv.3-A, fl.33
Osair F. Fonseca	São João	238, lv. 2-B, fl.39	José M. Castro	Barralhas	361, lv.3-A, fl.33
Rebouças Mames	Jutaí	263, lv. 2-B, fl.82	João E. Neto	Taboca	64, lv.2-B, fl.58
José D. Barbosa	Fatura	702, lv.2-C, fl.208	Ramiro Q. Pinto	João	241, lv.2-B, fl.42
Oswaldo S. Alves	Santa Clara	11, lv. 2, fl.11	Theodoro T. Assunção	São Leandro IV	19, lv. 2-A, fl.12

A seguir, o quadro demonstrativo dos ocupantes não-índios vistoriados pelo Grupo Técnico. Na maioria, são áreas predominantemente de igapó e de terra firme. O relevo é levemente ondulado e o tipo de solo é argilo-arenoso. Geralmente os ocupantes cultivam fruteiras e campos de pastagens, além de roças. A forma de exploração da terra é eminentemente familiar, na lida da lavoura.

Quadro de ocupantes não-índios incidentes na Terra Indígena Cunhã-Sapucaia (1999), cujas ocupações conta com benfeitoria. Apenas o Sr. Ambrósio de Figueiredo Hazan é proprietário, os demais são posseiros.

Nome do ocupante não-índio	Denominação do imóvel	Tempo de ocupação	Área incidente na TI em ha
Adolfo Prado	Boa Fé	39 anos	100
Alzenir Fróes Dias	São José (A)	11 anos	50
Ambrósio de Figueiredo Hazan	Cedro	74 anos	259
Deuzuíta da Silva Nóbrega	Deus Abençoe	16 anos	30
Elzírrio Vieira Jataí	Timbó I	12 anos	75
Francisco Souza da Silva	São João	09 anos	6
Firmo de Castro Mar	Timbó II	30 anos	50
Francisco Goes do Nascimento	Santo Antônio	50 anos	50
José Paixão Colares	São José (B)	07 anos	100
Marina Barros dos Santos	Ipiranga	50 anos	300
Manoel Gomes dos Santos	Sem Denominação	02 anos	5
Maria Raquel da Silva Lima	Pentecostal	6 meses	0,5
Manuel Nunes Ferreira	Nova Vida	13 anos	4
Otaclírio Correia Quintela	Fé em Deus	03 anos	25
Raimundo Ferreira Assunção	Cicanhã	45 anos	50
Valdísia Nunes Chaves	Usina Bom Socorro	16 anos	126

A partir de entrevistas com alguns dos personagens centrais da história de ocupação e exploração comercial da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia, o Grupo Técnico avaliou a resistência e a capacidade de adaptação dos Múra no contexto dos diferentes ciclos econômicos que incidiram sobre aquela área. Diante de condições adversas, eles conseguiram se organizar politicamente e impediram o esvaziamento total da área do rio Preto do Igapó-Açu. As demais áreas, compreendidas pelos rios Tupana e Autaz Mirim foram afetadas pela política mantida pelo SPI de privatização dos castanhais e arrendamentos dos mesmos aos não-índios.

Registra-se ainda que o levantamento procedido junto ao INCRA de Borba-AM constatou que parte do imóvel Autaz, arrecadado e Matriculado pelo INCRA em nome da União, encontra-se inserida na TI Cunhã-Sapucaia

VII. CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de delimitação da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia assegura as condições necessárias para a subsistência e a reprodução física e cultural da população Múra, habitantes tradicionais e históricos da região, dos lagos do sistema hidrográfico do rio Madeira e indica os locais de habitação permanente do grupo indígena: as localidades de Sapucaia, Matupiri, Tapagem, Lago Grande ou Taciua, Forno, Piranha e Boca do Tupana. Já estão estabelecidas as aldeias e as roças. A inclusão das terras altas na proposta de delimitação buscou garantir as atividades produtivas ligadas à coleta, da qual os Múra dependem, bem como possibilitar a continuidade da atividade agrícola, cada vez mais presente na vida comunitária indígena.

As demais localidades são áreas de trabalho, onde os índios praticam a pesca, a caça e o extrativismo. A subsistência do grupo indígena é extraída dos locais denominados: Jibóia, Lago Grande ou Taciua, Cucueiro, Marepawa, Muirapereira, Cumai, Jataúba, Campina, Pêra, Tapagem, Santa Joana, Barreira, Castanha Piranga, Amapá, Boca do Tupana e Lago do Vestido. Os igarapés suprem a população com o peixe e a caça, itens básicos da dieta alimentar do grupo. No Lago Grande ou Taciua, alimentado pelos igarapés e igapós, os Múra mantêm um cemitério. A tradição oral do grupo indica ser esta a localidade berço das unidades familiares que atualmente habitam as aldeias de Sapucaia e Piranha.

A identificação e delimitação da área proposta, formulada pelo Grupo Técnico, contou com a participação efetiva dos índios e reflete a história dos Múra nos Municípios de Borba e de Autazes. Do ponto de vista da proteção sócio-ambiental foi considerada a necessidade de estarem incluídos os vários ecossistemas da região dos lagos, caracterizados pelas várzeas e florestas de terra firme, por considerar que tais ecossistemas garantem a manutenção da vida social do grupo étnico, assentada em formas tradicionais de aproveitamento dos recursos naturais, na agricultura de pequeno porte baseada em unidades familiares, no extrativismo que visa prioritariamente o atendimento das necessidades do grupo.

A população Múra de Cunhã-Sapucaia demonstra grande expectativa em ver suas terras demarcadas e seus direitos respeitados, dando por concluído um longo e desgastante processo de identificação das terras indígenas iniciado pelo SPI, ainda no início do século XX. O Memorial Descritivo e o Mapa de Delimitação da área a seguir configuram e visualizam os limites da Terra Indígena Cunhã-Sapucaia, que contou com a participação efetiva e a aprovação total dos Múra que a ocupam, segundo seus usos, costumes e tradições.

ELIANE DA S. SOUZA PEQUENO Antropóloga-consultora DEID/DAF
MARTA ROSA AMOROSO Antropóloga-coordenadora GT PP 1039/PRES/99

Directoria de Assuntos Fundiários - DAF
 Departamento de Demarcação - DED
 Memorial Descritivo de Delimitação
 Denominação

Terra Indígena CUNHÃ-SAPUCAIA
 Aldeias Integrantes
 Sapucaia, Jutai do Igapó-Açu, Pacovão, Forno, Piranha, Tapagem e Boa Sorte
 Grupo Indígena Múra
 Localização
 Municípios: Borba e Autazes Estado: Amazonas
 Administração Executiva Regional: Manaus/AM
 Coordenadas Dos Extremos

Extremos	Latitude	Longitude
Norte	: 04°09'44" S. e	60°15'53" Wgr.
Leste	: 04°24'51" S. e	59°56'21" Wgr.
Sul	: 04°53'55" S. e	60°48'28" Wgr.
Oeste	: 04°47'04" S. e	60°55'00" Wgr.

Base Cartográfica

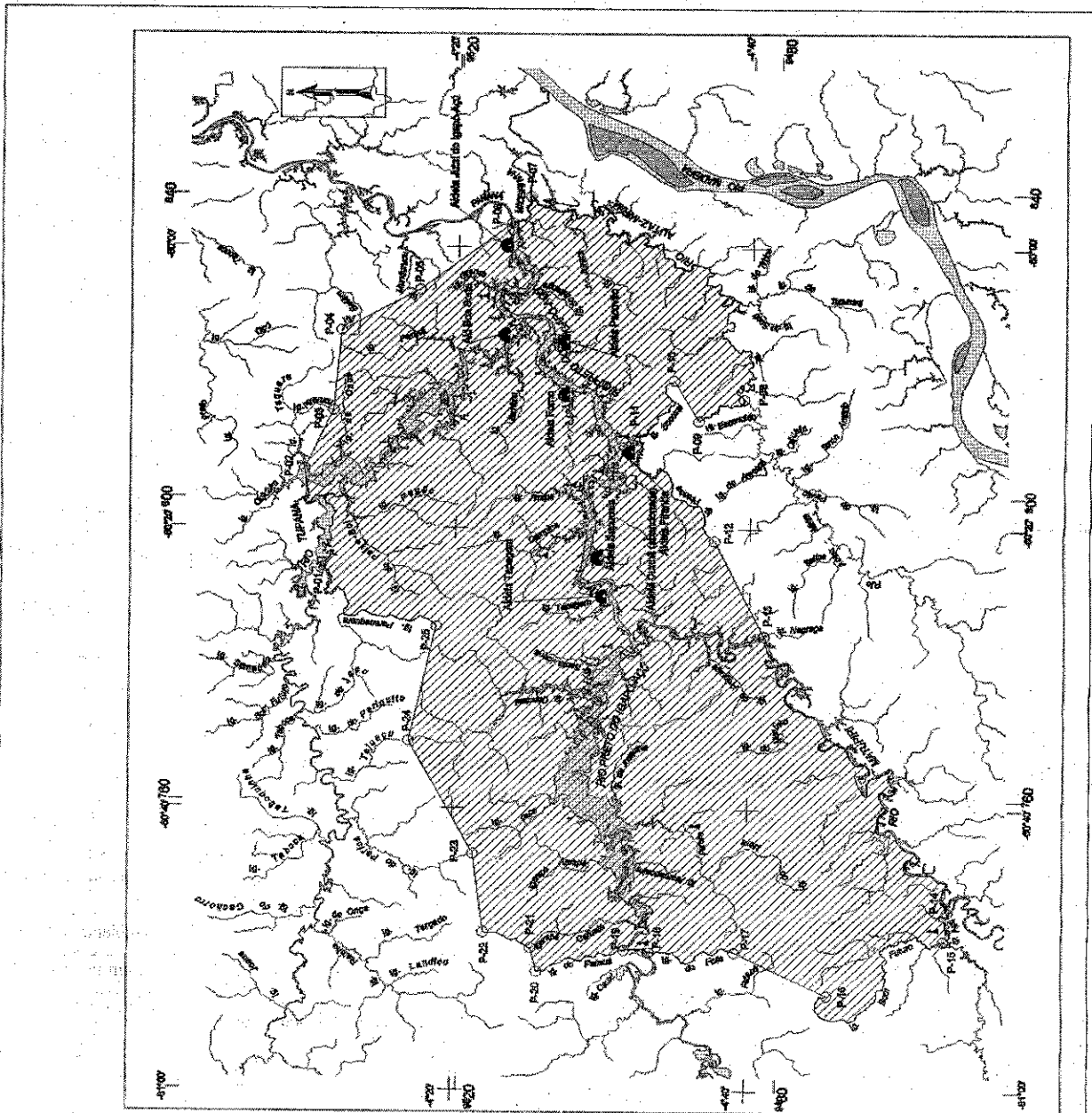
Nomenclatura Escala Órgão Ano
 SB.20-X-B-II, SB.20-X-B-III, SB.20-X-B-V, 1:100.000BGE 1985/88
 SB.20-X-B-VI, SB.21-V-A-I e SB.21-V-A-IV

Dimensões
 Superfície: 463.000 ha (Quatrocentos e sessenta e três mil hectares), aproximadamente
 Perímetro: 473 km (Quatrocentos e setenta e três quilômetros), aproximadamente

Descrição Do Perímetro
 NORTE: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 04°10'59"S e 60°22'36"Wgr., localizado na confluência do Rio Tupana com Igarapé Paranaquara, segue pela margem direita do citado rio até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 04°09'44"S e 60°15'53"Wgr., localizado nas confluências com os Igarapés Cujubim e Taquara; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 04°11'39"S e 60°11'42"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Pirarucu; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 04°12'08"S e 60°06'01"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Belém; daí segue por uma linha reta até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 04°17'26"S e 60°03'03"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Munduruçu; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 04°23'38"S e 59°58'16"Wgr., localizado nas confluências do Rio Preto do Igapó-Açu com Paraná do Madeirinha. LESTE: do ponto anteriormente descrito segue pela margem direita do referido paraná, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 04°24'51"S e 59°56'21"Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Autáz Mirim; daí, segue pela margem esquerda do citado rio sentido montante até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 04°39'30"S e 60°10'44"Wgr., localizado na confluência com Igarapé Escondido. SUL: do ponto anteriormente descrito, segue pela margem esquerda do referido igarapé sentido montante segue até sua cabeceira no Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 04°36'25"S e 60°12'18"Wgr.; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 04°34'43"S e 60°09'26"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé Socozal; daí, segue pela margem direita do referido igarapé sentido jusante até o Ponto 11, de coordenadas geográficas 04°32'03"S e 60°13'39"Wgr., localizado na confluência do Igarapé Piranha; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, sentido montante até sua cabeceira no Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 04°37'36"S e 60°20'51"Wgr.; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 04°47'04"S e 60°55'00"Wgr., localizada na cabeceira do Igarapé Boa Sorte.

gráficas aproximadas 04°41'02"S e 60°27'41"Wgr., localizado na confluência do Rio Matupirí com Igarapé Negraça; daí, segue pela margem direita do referido rio sentido montante até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 04°53'43"S e 60°47'12"Wgr., localizado na confluência com Igarapé Açú; daí, segue o referido igarapé a montante, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 04°53'27"S e 60°49'14"Wgr., localizado na confluência com Igarapé Bom Futuro. OESTE: Do ponto anteriormente descrito, segue o Igarapé Bom Futuro até sua cabeceira no Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 04°45'30"S e 60°53'08"Wgr.; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 04°39'15"S e 60°50'07"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé do Folis; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 04°33'26"S e 60°50'07"Wgr., localizado na sua confluência com o Rio Preto do Igarapé Açú; daí, segue o referido rio até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 04°31'44"S e 60°49'59"Wgr., localizado na

sua confluência com o Igarapé do Patauaú; daí, segue pelo referido igarapé até sua cabeceira no Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 04°25'49"S e 60°51'33"Wgr.; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 04°25'23"S e 60°49'53"Wgr., localizado ao médio curso do Igarapé Caruatá; daí, segue pelo referido igarapé até sua cabeceira no Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 04°22'08"S e 60°48'46"Wgr.; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 04°21'23"S e 60°43'15"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé do Paricá; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 04°16'57"S e 60°35'12"Wgr., situado em uma das cabeceiras do Igarapé Concissi; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 04°18'45"S e 60°27'04"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé Paranaquara; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico Agrimensor AER-MAO.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUKÓ
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DÍVINA, PONTO DE SATELITE
- PONTO DIGITALIZADO, CRIAÇÃO DE CORRENTE
- PLACA ENERGÉTICA, CERCIA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM CLIMA
- RIO PERMANENTE, RIO DETERMINANTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DESCRIÇÃO:		PLANTA:	
TERRA INDÍGENA CUNHA-SAPUCAIA		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO:		SUPERFÍCIE:	PERÍMETRO:
BORRA e AUTAZES		463.000 ha	473 KM
ESTADO:		ESCALA:	DATA:
AMAZONAS		1:650.000	06/01/02
CIDADE:		PROCESSO:	BASE CARTOGRÁFICA:
MANAUS		S.062/89	MI: 707700/708 MI: 777270/770
REP. TER. DETERMINAÇÃO LIMITES:		PORTARIA	
MAPA TER. DETERMINAÇÃO LIMITES (VISTO CHEFE DO DEPT.) BRUNO NUNES ANDRÉ ANTONIO CARLOS - AGRIMENSOR		0078/PRES de 28/01/97 1080/PRES de 04/11/99	